

A Educação do Campo e suas especificidades: um estudo do Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo no município de Londrina-PR

Juliana Fernandes Lança¹, Tânia da Costa Fernandes²

¹ Universidade Estadual de Maringá - UEM. Departamento de Educação. Avenida Colombo, 5790, Vila Esperança. Maringá - PR. Brasil. ² Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Autor para correspondência/Author for correspondence: juf1@uol.com.br

RESUMO. A educação ganha importância na constituição da sociedade influenciando relações econômicas e de poder e, na dimensão humanista, contribui com a incorporação de princípios éticos e sensíveis ampliando uma concepção de mundo mais inclusiva e emancipadora. No entanto, o respeito à diversidade ainda é um desafio e se faz necessário instituições escolares cujos projetos atuem em diferentes perspectivas, entre elas no ambiente do campo. Este artigo tem como objetivo apresentar aspectos da educação do campo, compreendendo suas peculiaridades e correlacionando-os ao Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo, desvelando o que se estabelece (ou não) como propósitos de uma prática pedagógica campesina. A metodologia ancora-se numa análise qualitativa, de abordagem bibliográfica e documental. Os resultados apresentam uma concepção de educação do campo atenta às necessidades da comunidade campesina e que o projeto pedagógico do Colégio investigado, de modo geral, converge com esta concepção. Concluiu-se que a educação escolar do campo necessita assegurar especificidades em seu projeto pedagógico, respeitando práticas próprias do cotidiano destas comunidades rurais e, assim, efetivando um processo humanístico e emancipador dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação do Campo, Projeto Político Pedagógico, Londrina.

Rural Education and its specificities: a study of the Pedagogical Political Project of a Rural School in the municipality of Londrina-PR

ABSTRACT. Education gains importance in the constitution of society, influencing economic and power relations and, in the humanistic dimension, it contributes to the incorporation of ethical and sensitive principles, expanding a more inclusive and emancipatory worldview. However, respect for diversity is still a challenge and there is a need for school institutions whose projects operate in different perspectives, among them in the countryside. This article aims to present aspects of rural education, understanding its peculiarities and correlating them to the Pedagogical Political Project of a country school, unveiling what is established (or not) as the purpose of a rural pedagogical practice. The methodology is based on a qualitative analysis, with a bibliographic and documentary approach. The results show a conception of rural education that is attentive to the needs of the rural community and that the pedagogical project of the investigated College, in general, converges with this conception. It was concluded that school education in the countryside needs to ensure specificities in its pedagogical project, respecting practices typical of the daily life of these rural communities and, thus, carrying out a humanistic and emancipatory process of the subjects.

Keywords: Rural Education, Political Pedagogical Project, Londrina.

La Educación de Campo y sus especificidades: un estudio del Proyecto Político Pedagógico de una escuela de campo en el municipio de Londrina-PR

RESUMEN. La educación gana importancia en la constitución de la sociedad, influye en las relaciones económicas y de poder y, en la dimensión humanista, contribuye a la incorporación de principios éticos y sensibles, ampliando una cosmovisión más inclusiva y emancipadora. Sin embargo, el respeto por la diversidad sigue siendo un desafío y existe la necesidad de instituciones escolares cuyos proyectos operen en diferentes perspectivas, entre ellas en el campo. Este artículo tiene como objetivo presentar aspectos de la educación rural, comprender sus peculiaridades y correlacionarlas con el Proyecto Político Pedagógico de una escuela de campo, revelando lo que se establece (o no) como el propósito de una práctica pedagógica rural. La metodología se basa en un análisis cualitativo, con un enfoque bibliográfico y documental. Los resultados muestran una concepción de la educación rural que está atenta a las necesidades de la comunidad rural y que el proyecto pedagógico del Colegio investigado, en general, converge con esta concepción. Se concluyó que la educación escolar en el campo necesita asegurar especificidades en su proyecto pedagógico, respetando las prácticas típicas de la vida cotidiana de estas comunidades rurales y, por lo tanto, llevando a cabo un proceso humanista y emancipatorio de los sujetos.

Palabras-clave: Educación Rural, Proyecto Pedagógico Político, Londrina.

Introdução

Ao decorrer dos séculos, a educação, principalmente no que se refere à instrução formal, por um lado, ganhou importância e prestígio na constituição da sociedade capitalista e, em especial, influenciou relações econômicas e de poder, tornando-se elemento imprescindível para a ascensão social, ainda que para uma minoria. Por outro lado, na dimensão humanista, a educação passou a contribuir com a incorporação, nos sujeitos, de princípios éticos, morais, afetivos/sensíveis, ampliando uma concepção de mundo mais inclusiva e emancipadora. Nesse sentido, pode-se afirmar que a educação formal elegeu como importante objetivo contribuir na conquista da autonomia socioeconômica e cultural de cada povo.

No entanto, o respeito à diversidade ainda é um grande desafio para a nossa sociedade, pois esta diversidade, ao referir-se aos aspectos culturais, aponta para as necessárias relações inter étnicas que adentram no âmbito de distintos costumes e tradições, traduzindo-se num processo complexo e desafiador.

Deste modo, se faz necessária a existência de instituições escolares cujos projetos pedagógicos atuem em diferentes perspectivas, entre elas no ambiente do campo, proporcionando à população campesina condições de acesso e

permanência ao processo educacional, este visto como forma elevada de aquisição de conhecimento.

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo (Arroyo, Caldart & Molina, 2011, p. 14).

Nessa perspectiva, os estudos relativos à educação no campo necessitam compreender a escola como instituição destinada a transmitir conhecimentos históricos, científicos e artísticos; como espaço gerador de relações intelectuais e sociais sem negligenciar que o contexto e as práticas socioculturais de cada comunidade campesina sejam a base para o desenho do currículo desta escola, a fim de garantir que o processo de ensino e aprendizagem se insira em uma perspectiva mais ampla de apreensão e compreensão da realidade a partir daquilo que é específico, do que lhes pertence e lhes atribui significado.

A temática da educação do campo vem se estabelecendo como objeto de investigação desde o final dos anos 1980,

constituindo-se numa área de estudos que privilegia a pesquisa em relação às formas e práticas educacionais que, até o momento, vem sendo ofertadas pelo poder público aos povos que vivem e moram no espaço rural. Pautadas pelos movimentos sociais populares do campo, as propostas e experiências coletivas da educação campesina encontram abrigo nas discussões, no ensino e nas pesquisas acadêmicas. Deste modo, tal modelo de educação tem conquistado lugar na agenda política em instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos.

Os movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), demandam do Estado iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo. Nos dias atuais, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação têm organizado eventos de formação continuada de professores e seminários objetivando a discussão/construção de políticas públicas da educação do campo. (Souza, 2008, p. 01).

Apesar de cada vez mais estar presente no âmbito das políticas públicas, é importante lembrar que, historicamente, a educação do campo foi marginalizada e tida como uma política compensatória. Ainda hoje, suas demandas e especificidades são, menos que o necessário, objeto de pesquisa no espaço

da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. É notório a urgência de aprofundar a discussão em torno de tal assunto, principalmente no que se refere à oferta de educação pública no Brasil.

Compreendendo tal contexto, este artigo tem como objetivo apresentar alguns aspectos próprios da educação do campo, compreendendo suas peculiaridades e correlacionando-os ao Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo, desvelando, a partir de uma experiência concreta, o que se estabelece (ou não) como propósitos de uma prática pedagógica campesina, sobretudo no principal documento orientador da escola, o PPP. O *lócus* desta investigação foi um Colégio Estadual¹, localizado na zona rural do município de Londrina, norte do Paraná.

A metodologia utilizada na pesquisa ancora-se numa análise qualitativa, por meio de uma abordagem bibliográfica e análise documental, em particular, do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

No aspecto teórico, a pesquisa fundamentou-se em autores que tratam da educação formal no campo, do conceito de gestão e currículo. No âmbito da coleta de dados documentais, foram realizadas visitas à escola, tendo acesso a documentos

oficiais que constituem diretrizes para elaboração do currículo escolar, bem como leituras, coleta e sistematização de informações oriundas do PPP. Posteriormente, à luz daquelas teorias acima apontadas, analisou-se o projeto pedagógico da escola, confrontando a concepção de educação do campo nele abordada com o que tais teorias defendem.

Deste modo, as possíveis contribuições da pesquisa se referem a destacar aquilo que diz respeito às peculiaridades que envolvem a Educação do Campo, por meio do estudo e sistematização deste conceito, relacionando-o aos objetivos e propostas que perfazem o PPP de uma escola do campo.

Educação do Campo: caracterização e particularidades

A Educação do campo é um tema que vem sendo abordado nos trabalhos acadêmicos. Ainda que de modo incipiente, a temática vem ganhando espaço nos estudos relativos à área da educação. A necessidade crescente de pesquisas nesta especificidade se dá pela importância que as comunidades rurais vêm adquirindo na sociedade, deixando de estarem a margem em diversos âmbitos e, sobretudo, pelo esforço crescente na

democratização do acesso a uma educação pública e de boa qualidade.

Nos anos de 1980, com a ampliação do número de ocupações e assentamentos organizados no MST, as questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis. A existência de um número reduzido de escolas e o trabalho com conteúdos caracterizados pela ideologia do Brasil urbano fizeram com que o movimento social iniciasse novas experiências e produzisse documentos mostrando as necessidades e as possibilidades na construção de uma política pública de educação do campo. O movimento social questiona o paradigma da educação rural e propõe a educação do campo como um novo paradigma para orientar as políticas e práticas pedagógicas ligadas aos trabalhadores do campo. Questiona, em essência, os interesses da classe dominante expressos no paradigma da educação rural e as contradições do modo de produção capitalista. (Souza, 2008, p. 2).

O desenvolvimento expressivo de atuação no campo impulsionou a necessidade de escolarização dos sujeitos e, com isso, a implementação e ampliação de espaços formais de ensino. Com a ampliação da tecnologia e outros recursos de produção mais elaborados aplicados às atividades desenvolvidas no campo, cada vez mais se faz necessária à aquisição de conhecimentos por esta população, até então, considerada apartada destas inovações.

As comunidades campesinas

brasileiras possuem um amparo legal do Governo que, por meio da legislação nacional, pretende garantir seus direitos. Também para estas comunidades, o Estado tem deveres para com a educação, necessitando criar condições para a expansão do atendimento e a melhoria da qualidade, cabendo ao município a responsabilidade de sua institucionalização, com o apoio financeiro e técnico das esferas federal e estadual. Dessa forma, a legislação garante os direitos da população do campo, inclusive a uma educação diferenciada capaz de fortalecer a afirmação étnica e cultural, com o intuito de preservação da realidade e interesses próprios desta comunidade.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito (Caldart, 2003, p. 66).

As primeiras ofertas de educação escolar às comunidades camponesas realizadas no Brasil vieram pautadas pela educação voltada ao aperfeiçoamento do trabalho rural. Ainda hoje, o quadro da educação escolar no campo é desigual e desarticulado, com apenas algumas experiências locais bem-sucedidas. Há, portanto, muito a ser feito e construído no

sentido da universalização da oferta de uma educação escolar de qualidade e adequada, capaz de garantir sua inclusão no universo dos programas governamentais.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (Caldart, 2012, p. 15).

A educação do campo, contudo, não pode estar desvinculada de um projeto de desenvolvimento do e no campo, ou seja, a escola do campo deve ter um ensino que ocorra de forma contínua e sem a interrupção das atividades do cotidiano dos sujeitos ali pertencentes, uma vez que este tipo de educação se dá por meio da experiência e observação, e ainda mais, está de algum modo diretamente ligada a atividade de produção agrícola. Além disso, se faz necessário considerar a história do povo camponês, que ao longo dos anos foram explorados e expulsos do campo, devido a um modelo de agricultura capitalista. Consequentemente, é nesta concepção de educação, de respeito ao micro produtor, que devem emergir os

conteúdos e debates sobre as vivências da comunidade campesina e, por tanto, a escola institucionalizada precisa convergir com a dinâmica da comunidade na qual está localizada, incorporando suas peculiaridades.

O processo de ensino e aprendizagem vigente nas comunidades campesinas precisa estabelecer o ensinar e o aprender como ações mescladas e incorporadas à rotina do dia a dia, ao trabalho e ao lazer destas pessoas. Diante dessa forma de pensar, o contexto escolar do campo passa a se constituir de diferentes princípios para a elaboração de projetos escolares que garantam a efetiva participação das comunidades a partir do desenvolvimento de currículos específicos, com calendários escolares que respeitem as atividades de trabalho no campo, metodologias de ensino diferenciadas, incorporação dos processos próprios de aprendizagem, implementação de programas escolares e processos de avaliação de aprendizagem flexíveis.

No entanto, as legislações deixam claro que a oferta de programas educacionais aos moradores do campo no Brasil é ainda embrionário, caracterizados por experiências fragmentadas e descontínuas, além da atuação de diferentes órgãos e instituições, seguindo orientações diversas e implementando

ações particulares e, neste caso, permitindo que ainda existam sérias divergências referente a este tipo de educação e sua vigência no país.

Percebemos que, em pleno século XXI, as propostas de uma escola diferenciada para a comunidade rural representa uma grande novidade no sistema educacional do Brasil, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de políticas públicas, novas concepções e mecanismos tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial, quanto respeitadas em suas particularidades, gerando uma escola diferenciada, intercultural, e de qualidade, deixando de lado o trabalho com um currículo essencialmente urbano e, geralmente, deslocado das necessidades e da realidade do campo. Este espaço escolar deve ser favorável para que a criança se socialize no interior da comunidade a qual pertence, permitindo-lhe trocas culturais vantajosas e necessárias (Venere & Velanga, 2008).

Nesta concepção, a educação do campo se amplia e vai além deste contexto social, sendo incorporada a uma perspectiva maior, a da educação popular. Não há sentido em lutar por uma educação básica do campo de qualidade e que atenda às demandas dos sujeitos do campo se ela

não estiver vinculada a políticas públicas que, no processo educacional, visem atender ao contexto social e econômico que regem o campo brasileiro.

... é planejada, estruturada e realizada a partir das necessidades educacionais de cada região. Não há uma superestrutura válida para todo e qualquer meio ambiente. As exigências de planejamento e efetivação da educação rural estão correlacionadas à política do desenvolvimento e transformação das estruturas do setor primário. O modelo de desenvolvimento é uma variável que interfere no estabelecimento de diretrizes e políticas para a educação rural, afirmavam os planejadores de educação e recursos humanos da época (Calazans, 1993, p. 30).

Concluimos esta breve interpretação sobre a educação do campo compreendendo que esta modalidade de educação exige que as necessidades específicas das populações rurais sejam respeitadas e, ainda, evidenciando que há dinâmicas necessárias a serem contempladas nas escolas do campo para que efetivamente a educação seja de qualidade e inclua a diversidade cultural existente no país. Neste item, também buscou-se relatar a importância de políticas públicas que foram, e ainda estão sendo, desenvolvidas em prol do crescente progresso da educação voltada aos povos camponeses. Nesse sentido, destacou-se a necessidade de estudos voltados a este

tema, valorizando e qualificando os profissionais da educação que atuam nestas instituições de educação do campo, e revelou-se que há de se desenvolver projetos pedagógicos que contemplem práticas e ideologias capazes de caracterizarem a sociedade em suas várias e distintas dimensões.

A seguir, correlacionaremos esta concepção e compreensão de educação no campo com as especificidades e propósitos explicitados no Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo, na expectativa de desvelar, a partir de uma experiência concreta, o que se contempla (ou não) no principal documento orientador da prática pedagógica: o PPP da escola.

A Educação do Campo e o Projeto Político Pedagógico do colégio investigado: encontros e desencontros

O Colégio Estadual pesquisado está situado na zona sul do Município de Londrina, norte do Paraná. A instituição é caracterizada como escola do campo por estar localizada cerca de 15 Km da parte sul do município. Tal caracterização se dá não só geograficamente, mas também culturalmente, pois traçando um breve contexto histórico do processo de constituição da educação do campo, esse Colégio se traduz numa luta antiga dos sujeitos que vivem nas comunidades rurais

em busca pelo direito à terra e a uma educação de qualidade voltada para as especificidades do campo.

Num breve histórico do colégio temos que, em 1948 a Escola era Municipal, construída pela comunidade campesina local. Após vários pedidos da comunidade ao poder público, em 2004, a escola passa a ganhar mais respaldo do município, contudo, isso ainda não era suficiente para atender a comunidade do seu entorno que crescia rapidamente. Então, o prédio foi cedido ao Governo do Estado, que inaugurou no ano de 2010 o Colégio Estadual.

Este Colégio oferta o ensino fundamental anos finais e o ensino médio regular, e é mantido pelo Governo do Estado do Paraná e administrado pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), nos termos da legislação em vigor. A instituição está localizada em sede própria e possui uma estrutura física que comporta as atividades que se propõe realizar. Apesar de necessitar de melhorias em suas instalações e na manutenção do prédio.

Quanto aos recursos financeiros, a escola conta com recursos próprios angariados através de ações desenvolvidas pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio (APMF), quais sejam receita das promoções e contribuições voluntárias. Além disso,

recebe verba federal pelo Fundo Rotativo (FR) e verba estadual pelo programa dinheiro direto na escola (PDDE).

Nos registros dos Planos Anuais das gestões do colégio, consta que os alunos são oriundos de localidades que ficam num raio de até 15 Km de distância da escola. Por se tratar de um colégio inserido em um distrito rural, próximo ao perímetro urbano, estes estudantes pertencem a famílias de agricultores e pecuaristas, entre outras atividades rurais. O nível socioeconômico é considerado baixo, com rendimento familiar de até 2 (dois) salários-mínimos.

O acesso das crianças à escola não é fácil, afinal a maioria mora em propriedades rurais e dependem do transporte escolar, e apenas uma pequena parte destes alunos mora próximo à escola. Aqueles que moram mais distantes, atravessam estradas de terra entre as propriedades e, com isso, consomem muito tempo na locomoção, ainda mais dificultada em épocas chuvosas.

As crianças, em sua maioria, apresentam-se com os cuidados básicos de saúde e higiene atendidos, o que demonstra a atenção e preocupação dos pais e outros familiares. A grande maioria dos alunos é assídua e pontual na frequência às aulas.

Considerando esta breve caracterização da escola e alunos, *locus* da

pesquisa, e a compreensão da concepção de educação do campo aqui esboçada, ao perseguir o objetivo deste artigo faz-se fundamental analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio.

O PPP revela que em relação à participação da comunidade e dos pais na vida escolar de seus filhos, constata-se grande dificuldade da maioria dos responsáveis na interpretação de textos encaminhados através de bilhetes, cartazes ou murais, o que acaba por levar à conclusão de que a escolarização da maioria dessa comunidade é bastante precária e que o número de analfabetos é considerável. Apesar desta dificuldade na comunicação, a comunidade tem ampliado sua participação nos assuntos escolares, ainda que seja incipiente a presença dos pais em reuniões, entre elas do Conselho Escolar, momento propício para discussão do PPP.

No entanto, esta situação parece estar se alterando lentamente por meio de muitos contatos promovidos pela coordenação pedagógica e professores na entrada e saída de alunos, ação prevista no projeto da escola. Com isso, percebe-se claramente a importância na ampliação de um trabalho com o objetivo de construir uma parceria entre escola e família, sobretudo para que haja a participação de

todos nas discussões e elaboração do projeto pedagógico.

Ao analisar o PPP do Colégio investigado, observa-se que entre os princípios filosóficos que orientam o projeto destaca-se a defesa em formar o cidadão para a coletividade, privilegiando o ser sobre o ter, no sentido humano. Defende-se que o homem para ser feliz deve ser crítico e consciente de seus direitos e deveres, bem como capaz de expressar suas emoções, razões e convicções. Para tanto, afirma-se no PPP que se deve ter acesso ao conhecimento científico, tornando-se apto a defender suas ideias e desenvolver autonomia frente às contradições da sociedade. Desta forma, tem-se o intuito de formar cidadãos éticos, solidários e com sensibilidade às diferenças, capazes de tomar decisões, elaborar estratégias e agir no sentido da construção de um mundo melhor. Esta proposta vai ao encontro daquilo que compreendemos como necessário para se efetivar uma educação no campo de qualidade.

Historicamente, os povos do campo sofreram desprestígio, pois, embora, por muitos séculos, a população brasileira fosse predominantemente rural, as políticas agrícolas/agrárias sempre foram pensadas para atender uma parcela mínima dessa população e, por conseguinte, a educação

para esta comunidade era pensada num contexto urbano, a fim de atender aos filhos dos grupos oligárquicos. Quando o processo educacional era destinado à classe rural trabalhadora, esta era organizada de modo a promover o crescimento econômico do país, um desenvolvimento que concretamente não atingiria essa classe menos favorecida. Em meio ao resgate teórico, sobre a educação desde o período colonial, vemos que, de certa forma, ocorreu uma educação rural, mas sem que essa educação valorizasse no campo as classes menos favorecidas e os sujeitos que a representam. A educação para o campo esteve atrelada ao desenvolvimento do país de modo que a elite agrária pudesse exercer um controle sobre os povos do campo.

Diante deste recordar histórico, lembremos que o PPP é, de maneira geral, um planejamento que sistematiza aquilo que a escola tem a intenção de realizar nas mais diversas dimensões do processo pedagógico, pautado numa certa concepção de educação. Portanto, vai além de uma simples elaboração de planos, que só se prestam a cumprir exigências burocráticas, e que, após elaborado, é arquivado e/ou esquecido. Segundo Veiga (1995) o projeto é uma ação intencional e um compromisso definido coletivamente. Dessa forma, o projeto pedagógico deve apresentar as

ações e atividades educativas e, também, as características imprescindíveis às escolas para que estas cumpram suas finalidades e atinjam suas metas, como espaço que possui responsabilidade social.

No Colégio pesquisado observa-se que o PPP, importante orientador da prática educativa e revelador de uma determinada concepção de educação, conforme defendido acima, apesar de estar disponível na biblioteca, em local de fácil acesso, é pouco consultado pelos educadores. Podendo, deste modo, estar cumprindo apenas exigência burocrática de elaboração e envio para o Núcleo Regional de Educação (NRE), o que o descaracteriza e compromete todo o processo educacional, neste caso, pleito de democratização.

O projeto pedagógico, resultado de um trabalho coletivo, da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas por essa coletividade, define, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma realidade que atenda às expectativas dos diversos sujeitos envolvidos. E, com isso, um processo contínuo de reflexão e discussão dos problemas da escola, com o intuito de buscar soluções e alternativas viáveis, sempre tendo como foco principal alcançar os objetivos da escola em relação à efetivação do processo de ensino e

aprendizagem. Por isso, insistimos que é extremamente necessária a participação de toda a comunidade escolar em sua elaboração, trata-se de um trabalho que exige comprometimento e o engajamento de todos os envolvidos no processo educativo: gestores, coordenadores, professores, alunos, equipe técnica e administrativa, equipe de apoio, além dos pais e a comunidade como um todo. Nesta escola, este processo participativo precisa ser ampliado.

O PPP do Colégio estudado demonstra em seu registro a participação da comunidade escolar em sua discussão e formulação, mas como já dito anteriormente, ainda carece da participação dos pais e comunidade que circunda a escola. E, deste modo, falta-lhe abordar em certa medida as especificidades que fazem parte do cotidiano desta comunidade, dando-lhe sentido. O PPP passa a contemplar, apenas as determinações legais encaminhadas pela SEED e NRE, pertencentes à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e demais legislações, escapando-lhes as particularidades próprias desta comunidade campesina.

Neste sentido, Freitas (2005) afirma que é preciso atingir a qualidade (negociada) na educação, ou seja, para se obter uma qualidade no processo educativo construído coletivamente, o qual envolve o

compromisso de todos os indivíduos que têm interesses em relação à rede educativa, o projeto pedagógico torna-se fundamental e, segundo a autora: “O projeto político pedagógico assume um significado negociável. Constitui uma espécie de pacto entre o órgão público e o órgão gestor da rede ... define compromissos e responsabilidades recíprocas ...” (2005, p. 922).

Assim, é fundamental que se conscientize os professores, e todos os agentes do processo educativo, da importância e da responsabilidade do seu trabalho, e da necessidade de que todos tenham envolvimento e comprometimento com a qualidade do ensino. Só assim serão rompidas as resistências em relação a novas práticas educativas. Trata-se da conquista coletiva de um espaço para o exercício da autonomia. Para Veiga (1995) “... a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para descentralização em busca de sua autonomia e qualidade”. (p. 15)

Esse é um dos pontos fundamentais na construção do PPP e na busca da qualidade do ensino, principalmente o ensino público. Precisamos ter a consciência que a escola é uma instituição

social inserida na sociedade capitalista, e que reflete as contradições dessa sociedade. Com isso, a luta e o comprometimento de toda a comunidade devem ser em prol da escola como um espaço democrático e que não se restrinja à reprodução da realidade socioeconômica na qual está imersa, se limitando a cumprir ordens e normas a ela impostas por órgãos centrais da educação. Ou seja, deve-se criar um espaço para a participação e reflexão coletiva sobre a sua finalidade junto à comunidade.

É por isso que a ação da escola necessita ser pela sua descentralização e autonomia. Em outras palavras, conquistar a autonomia da escola é criar a possibilidade de se construir uma identidade própria para essa instituição, para que possa trabalhar na superação de seus problemas e na busca da melhoria do ensino. Entretanto, lembremos que não podemos confundir essa autonomia com o descompromisso do poder público frente à escola. A autonomia defendida implica no comprometimento e responsabilidade de todos. No PPP do Colégio todas essas questões não ficam claras e/ou defendidas, passa-se ao largo destas preocupações.

O projeto pedagógico, entendido como a organização do trabalho da escola como um todo, está fundamentado em princípios de uma escola democrática,

pública e gratuita. No documento analisado consta-se, entre outros, a defesa dos seguintes princípios: igualdade, qualidade, gestão democrática.

A igualdade defendida neste PPP é a de condições para que todos tenham não só acesso a escola, mas, principalmente, que tenham possibilidades iguais de permanecer nela. Ou seja, uma igualdade que não implica apenas a ampliação do número de vagas para atender a todos, mas sim que, concomitantemente a isso, mantenha os alunos dentro da escola, proporcionando a todos um ensino de qualidade. Nesta qualidade quer-se uma escola que não reproduza os mecanismos e as contradições da sociedade capitalista e que, ao contrário, desmascare-os. Assim, percebe-se que há o entendimento, por parte daqueles que produziram este PPP, da necessidade que a escola ofereça qualidade para todos, e que não valorize apenas a cultura, os valores e os costumes de uma única classe social (obviamente, a dominante).

A gestão democrática, por sua vez, é um princípio constitucional. Ela exige uma ruptura com as gestões em educação difundidas pelas políticas neoliberais, ou seja, que visam transplantar para a escola pública formas de gestão empresarial (Afonso, 2003). Para Afonso (2003), pensar na gestão da escola pública implica

considerar aspectos completamente distintos dos adotados nas organizações empresariais. Afinal, uma instituição que defende os valores coletivos de justiça, equidade, cidadania crítica, ampliação dos direitos humanos básicos, e mais, uma organização que envolve cidadãos é completamente diferente de uma organização que atende clientes e/ou consumidores.

Dessa forma, uma gestão democrática exige, antes de qualquer coisa, que se repense a estrutura de poder da escola, buscando sua socialização, que atenuará o individualismo, a exploração e opressão, etc. Além disso, deve compreender os problemas provocados pelas práticas pedagógicas e inclui, de acordo com Veiga (1995), a participação de todos os representantes da escola nas decisões administrativo-pedagógicas que serão tomadas. No Colégio investigado, o projeto pedagógico atenta-se para uma prática gestora que corresponde a estes princípios da gestão democrática.

Por fim, há a defesa no projeto pedagógico do Colégio pesquisado da valorização do magistério. Esse é um aspecto central na discussão, pois, a qualidade do ensino, a permanência e a formação de cidadãos autônomos, críticos e reflexivos, que sejam engajados e comprometidos com a mudança da

sociedade, está estreitamente ligado à formação, tanto inicial quanto continuada, como também as condições de trabalho dos professores. Com isso, tanto o incentivo e valorização à formação continuada de qualidade, quanto à presença de melhores condições de trabalho, tornam-se elementos imprescindíveis para a busca da qualidade negociada da escola (qualidade no ensino e na formação de cidadãos). O PPP garante, nesse sentido, em conformidade com o calendário escolar enviado pelo NRE, dias de formação pedagógica para seus professores. Quanto a melhoria das condições de trabalho, não há referência direta sobre isso no documento.

O projeto pedagógico necessita ser compreendido como um instrumento de luta, uma forma de romper com os elementos que tornam a escola um mecanismo de reprodução e manutenção da sociedade capitalista e possibilitar a construção de um trabalho pedagógico diferente, crítico e reflexivo. Para Veiga (1995) há sete elementos fundamentais que devem ser levados em conta para a construção do projeto pedagógico da escola. São eles: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação.

As finalidades referem-se às intenções que a escola tem, e o que ela pretende realizar para atingir a cidadania. Neste caso, percebe-se que o Colégio se esforça para definir, entre suas finalidades, aquelas correspondentes à dinâmica do povo que lida com a terra, por exemplo, considerar que esta comunidade possui períodos em que se dedicam a certas atividades próprias desta produção agrícola e que isso deve ser previsto nas atividades e demandas escolares.

Um segundo ponto que precisa ser analisado, é a estrutura organizacional dessa instituição, que se divide em dois tipos: a estrutura administrativa (gestão de recursos humanos, físicos e financeiros) e a estrutura pedagógica (são as intenções políticas, questões de ensino-aprendizagem e às do currículo). Com isso, compreender e analisar a estrutura organizacional da escola implica em questionar e romper com o seu atual modelo de organização burocrática, que propicia a fragmentação e regula o trabalho pedagógico. Neste aspecto, observa-se que o Colégio não tem conseguido aprovar um calendário diferenciado que atenda as necessidades desta comunidade, pois a ele é imposto calendário que atende regras e normas gerais para todas as escolas deste município, determinadas por legislações e supervisionadas pela SEED.

O PPP do Colégio se apresenta, em vários momentos, como orientador de uma instituição pública, gratuita, laica. A escola como um direito da população e um dever do poder público, que está a serviço das necessidades do desenvolvimento e aprendizagem dos educandos. Destaca como objetivo promover aulas do ensino fundamental nos anos finais e ensino médio, tendo por princípio que a construção do conhecimento é indispensável à sua formação para o exercício ativo e crítico da cidadania na vida cultural, política, social e profissional. Além disso, o Colégio desenvolve ações de apoio ao processo educativo, através de projetos integrados com a Secretaria de Educação (SEED), visando garantir as condições necessárias ao adequado e profícuo desenvolvimento intelectual e emocional do educando.

No que se refere a demais propósitos declarados, o PPP do colégio revela o objetivo de contribuir com a formação básica do aluno, consciência crítica, solidária e democrática, na qual o educando, inclusive se portador de necessidades especiais vá, gradativamente, se percebendo como agente do processo de construção do conhecimento e de transformação das relações entre os homens em sociedade, através da

ampliação e recriação de suas experiências e conhecimentos.

Não se pode deixar de destacar a necessidade, cada vez mais urgente, dos agentes pedagógicos refletirem criticamente sua própria prática: que conteúdos ensinam, que valores transmitem e que ideologias legitimam, a partir das relações pedagógicas concretas, construídas na sala de aula e nos demais espaços escolares. Reflexão que se perde a partir do momento que se dividem tarefas, em que se fragmenta o trabalho, em que se especializa funções, e que se dificulta a integração e a comunicação entre os trabalhos desenvolvidos pelos diversos professores e funcionários. A construção de uma educação de qualidade, tomando como base uma qualidade sempre participativa, auto reflexiva, plural e em constante processo de negociação, depende, inclusive, da valorização do trabalho docente e do investimento na formação continuada dos profissionais da educação. Nesse sentido, tendo em vista um trabalho integrado a favor do desmascaramento do todo social que se impõe cotidianamente aos alunos, é impossível que o trabalho pedagógico realizado em sala de aula se restrinja à iniciação da leitura e escrita mecânica de palavras. O PPP investigado não detalha, mas de algum modo aborda, ainda que de

modo bastante incipiente, estas preocupações em sua concepção de educação.

O currículo também é um elemento importante nesse processo. Com relação a ele, antes de qualquer coisa, é preciso ter consciência de que o currículo não é um instrumento neutro (APPLE, 2006). Ao contrário, ele transmite uma ideologia e uma determinada cultura. Por isso, Veiga (1995) nos alerta da necessidade de buscar novas formas de organização do currículo, que seja distinta dos currículos formais, que organizam o conhecimento escolar de maneira fragmentada e hierárquica, e que sustenta orientações conservadoras, coercitivas e de conformidade. Para a autora, precisamos de um currículo integrador, que reduza essa fragmentação do conhecimento (reduza o isolamento entre as disciplinas), com intuito de integrá-lo em um contexto mais amplo, para que não se perca a visão do todo. Para que isso ocorra será preciso também reavaliar o tempo escolar, que assim como as disciplinas, é segmentado, rígido e determina o início e o fim das atividades, da semana, do ano letivo, etc. Portanto, se almejamos alterar a qualidade do trabalho pedagógico precisamos reformular o tempo escolar, pois, quanto mais compartimentado for, mais as relações sociais serão hierarquizadas e ritualizadas,

e mais difícil será a institucionalização de um currículo de integração. Nos parece fundamental essa compreensão de currículo numa escola do campo.

O Colégio pesquisado tem fundamentado sua concepção de currículo nos pressupostos teóricos de Sacristán (2000). A partir da análise da intenção política que o currículo traduz na tensão entre o currículo documento e o currículo como prática. Desta forma, a concepção de currículo deste PPP está fundamentada nas reflexões das teorias críticas e na organização disciplinar, conforme proposta das Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná, segundo as quais o conhecimento é considerado em suas dimensões científica, filosófica e artística, bem como na necessidade da implementação de diferentes formas de ensinar, de aprender e de avaliar.

A instituição, em seus documentos orientadores e diretrizes educacionais, sobretudo em seu PPP, demonstrar que busca valorizar o aprofundamento dos conhecimentos organizados nas diferentes disciplinas escolares como condição para se estabelecerem as relações interdisciplinares, entendidas como necessárias à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo. Esta ambição remete às reflexões de Gramsci em sua defesa de uma educação a

favor de uma formação, a um só tempo, humanista e tecnológica. Com isso, entende-se a escola como espaço de confronto e diálogo entre os conhecimentos sistematizados e os conhecimentos do cotidiano popular, enriquecendo seu currículo. Tornando este currículo amplo e, ao mesmo tempo, particular e atento às especificidades de uma educação campesina.

Considerações finais

Compreendendo que o processo educativo se constitui como aspecto fundamental na formação intelectual e emocional dos sujeitos, destacamos que é pela construção e transmissão do conhecimento científico, artístico e cultural, historicamente elaborado e sistematizado, mediado pelo Projeto Pedagógico e pelo currículo escolar, que este processo se efetiva. Neste sentido, em alguns espaços específicos e em determinadas culturas, como no caso das comunidades campesinas, este processo educacional extrapola, ainda mais, o ambiente escolar, sendo necessário abranger vivências que permeiam os alunos em suas dinâmicas cotidianas fora da escola, na medida em que as experiências extraescolares necessitam ser contempladas e, portanto, fazer parte da organização do currículo escolar, para que

este se constitua como instrumento de inclusão e, cada vez mais, seja aderente àquilo que tem significado e sentido para alunos e comunidade.

Na sociedade Brasileira, a educação escolar básica é garantida por lei para todos, independente da etnia, cultura, posição social, raça ou gênero. Contudo, devemos refletir, cuidadosamente, diante desta universalização legal da educação, de modo a não mantê-la apenas no discurso e, ainda mais, não confundi-la com a padronização de conteúdos a serem ministrados, metodologias, organização do tempo e espaço e critérios de avaliação. Pois, ao contrário disso, é necessário considerar as peculiaridades de cada cultura/comunidade e, com isso, a forma na qual cada uma delas entendem e realizam o seu processo educacional. Com esta pesquisa foi possível observar a necessidade de se respeitar as ideias e as práticas do ambiente em que o aluno está inserido, neste caso específico, no ambiente rural. A escola, portanto, deve contribuir para o desenvolvimento e incorporação, não só de conhecimentos científicos, mas também, de princípios e valores próprios de cada comunidade.

Quando abordamos nesta investigação especificamente a educação do campo, percebemos que esta discussão, diante dos parâmetros da educação

eurocêntrica, formal e institucionalizada, ainda é muito recente. No entanto, a partir de algumas políticas públicas educacionais, inicia-se a compreensão e a defesa da educação escolar do campo como um direito que respeita e considera as histórias e identidades de um povo. Por conseguinte, ao tratarmos deste tema, temos que entender que a educação do campo precisa apoiar-se em diferentes elementos, a fim de tornar-se efetiva, de que atinja seus objetivos e garanta a qualidade na formação da população campesina.

... a educação básica do campo necessita se pautar em uma dimensão, ao mesmo tempo política e pedagógica, pensar a aprendizagem para além da escola, valorizar a população que vive e trabalha no campo, e sua capacidade de mobilização e organização social. (Pires, 2012, p. 130).

Diante destas considerações, que envolvem a educação do campo, muitos autores questionam o fato de que com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico avançando, o campo passou a necessitar de estruturas educacionais que capacitem os trabalhadores na utilização de tecnologias e que se adaptem às novas dinâmicas produtivas vigentes. Assim, as escolas do campo foram ganhando seu espaço e sua importância na sociedade.

Deste modo, foi possível observar que as escolas campesinas têm conquistado rotina própria, compondo um currículo

entrelaçado ao trabalho e a vida cotidiana nas regiões rurais, priorizando as práticas pedagógicas que considerem a qualidade social e as peculiaridades da escola do campo, garantindo uma educação de qualidade e que promova a equidade de nossa sociedade.

No âmbito específico da Escola investigada nesta pesquisa, é notório o importante papel desta instituição na vida das famílias camponesas da região. O Colégio tem se constituído como espaço no qual os indivíduos desta comunidade encontram meios para se desenvolverem intelectual e emocionalmente, além de atribuírem sentido nesse processo. Ao analisarmos o PPP da Escola, percebemos que o documento, de modo geral, converge com o que a literatura e concepções por uma educação emancipadora no campo, abordando princípios e propósitos educativos condizentes, sobretudo no respeito às peculiaridades que uma escola do campo necessita possuir, já amplamente discutidas neste estudo.

Percebemos que, aos poucos, os desafios vivenciados pela comunidade do campo vêm sendo vencidos, mas ainda é necessária muita luta para que os anseios e os projetos desta modalidade de educação sejam materializados. Uma das ações a serem realizadas é a efetivação de uma *práxis* docente que possibilite o

desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, respeitando suas particularidades e, ainda, uma gestão escolar que insista na construção de um projeto pedagógico diferenciado e, ao mesmo tempo, inclusivo.

Por fim, conclui-se que a educação escolar no campo necessita estabelecer e contemplar especificidades em seu currículo, a fim de priorizar as necessidades desta comunidade e, por conseguinte, se faz necessária a interação entre o ambiente escolar e a vida cotidiana, respeitando os valores e os costumes, sem impor um método educacional escolar padronizado. Para cada comunidade é importante que se tenha aspectos peculiares a serem considerados no currículo, qualificando o processo de ensino e aprendizagem e suas compreensões de mundo, efetivando-se uma educação humanística e emancipadora. O Colégio investigado, apesar de certas fragilidades, tem envidado esforços para que seu PPP atenda a tais princípios da educação do campo.

Referências

Afonso, A. (2003). Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In Esteban, M. T. (Org.). *Escola, currículo e avaliação* (pp. 38-56). São Paulo: Cortez.

Apple, M. (2006). *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense.

Arroyo, M., Caldart, R., & Molina, M. C. (2011). *Por uma educação do campo*. Rio de Janeiro: Vozes.

Caldart, R. S. (2003). A escola do campo em movimento. *Currículo sem Fronteiras*, 3(1), 60-81.

Calazans, M. J. C. (1993). Para compreender a educação do estado no meio rural: traços de uma trajetória. In Therrien, J., & Damasceno, M. N. (Orgs.). *Educação e escola no campo* (pp. 15-51). Papirus, Campinas.

Caldart, R. S. (2012). Sobre educação do campo. In *Anais do III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)*. Luziânia, Goiás.

Freitas, L. C. (2005). Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. *Educação e Sociedade. Cadernos CEDES*, 26(92), 911-933. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300010>

Pires, Â. M. (2012). *Educação do campo como direito humano*. São Paulo: Cortez.

Sacristán, J. G. (2000). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed.

Souza, M. A. (2008). Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. *Educação & Sociedade*, 29(105), 1089-1111. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400008>

Veiga, I. P. A. (1995). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus.

Venere, M. R., & Velanga, C. T. (2008). A criança indígena e a educação infantil: as complexas relações entre a cultura e a escola na cidade. *Revista Tellus*, 15, 175-191.

<https://doi.org/10.20435/tellus.v0i15.167>

ⁱMantém-se o sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade e anonimato do colégio investigado, em atenção ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 10/07/2020
Aprovado em: 01/08/2020
Publicado em: 26/09/2020

Received on July 10th, 2020
Accepted on August 01st, 2020
Published on September, 26th, 2020

Contribuições no artigo: As autoras foram as responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.


Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: As autoras declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.


Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Juliana Fernandes Lança

 <http://orcid.org/0000-0001-9522-4741>

Tânia da Costa Fernandes

 <http://orcid.org/0000-0003-0954-0153>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Lança, J. F., & Fernandes, T. C. (2020). A Educação do Campo e suas especificidades: um estudo do Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo no município de Londrina-PR. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e9938. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e9938>

ABNT

LANÇA, J. F.; FERNANDES, T. C. A Educação do Campo e suas especificidades: um estudo do Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo no município de Londrina-PR. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 5, e9938, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e9938>